

## O 25 de Abril e a imprensa portuguesa: impactos da revolução nas primeiras páginas dos jornais

HELENA LIMA

hllima@letras.up.pt  
*Universidade do Porto*

### Resumo

O 25 de Abril representou para os meios de informação um conjunto de transformações de várias ordens que levaram a mudanças drásticas. Genericamente, todos os meios de comunicação foram afectados pelos acontecimentos políticos. O derrube da ditadura provocou a abolição do exame prévio, bem como a politização e radicalização política transversais a todo o período. A liberdade de expressão levou à alteração dos conteúdos noticiosos e a abundância de acontecimentos noticiáveis imprimiu um ritmo inédito à informação. O objectivo deste estudo é uma análise inicial de alguns destes elementos de transformação durante o processo revolucionário, bem como o impacto que tiveram nas primeiras páginas de três diários portugueses. Trata-se de uma primeira abordagem cuja metodologia passa pelo estudo da documentação disponível, bem como no estudo das primeiras páginas de três diários, num quadro de análise definido e para o período entre o 25 de Abril e 1º de Maio de 1974.

**Palavras-Chave:** Período revolucionário; orientação editorial; valor-notícia

---

O 25 de Abril representou para os meios de informação um conjunto de transformações de várias ordens que levaram a mudanças drásticas na sociedade e nos meios de comunicação social. Algumas foram imediatas, outras implementaram-se em função da própria evolução da conjuntura política, económica e social. Dentro desta dinâmica ganharam particular relevância os acontecimentos políticos, uma vez que levaram a uma multiplicação da matéria noticiável, não só pela abolição da censura, mas também pela catadupa de informação que chegava às redações. O objectivo deste estudo é uma análise preliminar de alguns destes elementos de transformação durante o processo revolucionário, bem como o impacto que tiveram nas primeiras páginas de três diários portugueses. Tratando-se de uma primeira abordagem, a metodologia incide em documentação disponível, em termos de legislação, relatórios e outras fontes e uma análise mais direccionada para o estudo das primeiras páginas do Diário de Notícias, Diário de Lisboa e Comércio do Porto, no período entre o 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Este estudo é ainda o resultado exploratório de um projeto que se encontra em fase de recolha de dados. A informação aqui apresentada decorre de uma proposta de investigação desenvolvida em conjunto com estudantes de Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na unidade curricular de História do Jornalismo e que tem como objetivo o conhecimento da imprensa no pós-Revolução do 25 de Abril de 1974.

## CONTEXTOS

O processo político iniciado com o 25 de Abril pôs fim a quase meio século de ditadura e a um aparelho repressor das liberdades e direitos, e em consequência, condicionador da liberdade de imprensa. O golpe militar produziu um conjunto de transformações políticas notáveis, mas abriu também portas a uma escalada de confrontação entre as diversas forças partidárias. Os próprios militares tiveram um papel preponderante neste processo. A par da luta pelo poder no plano político-institucional, o país assistiu a uma profunda viragem no plano social. Encontraram-se novas formas de representatividade no setor laboral, mas também a outros níveis. Lutas políticas, laborais e sociais contribuíram em larga escala para a criação de um clima de conflitualidade que foi dominando as diversas franjas da população. Este movimento de contestação e combate pela melhoria das condições de vida foi também fruto da entrada em cena das organizações partidárias, nomeadamente de extrema-esquerda, que lhe imprimiram um cunho muito radicalizado e geraram clivagens profundas de oposição social, mas que deram origem a diferenciações com incidências geográficas distintas.

Ainda durante os meses de Abril e Maio, verificou-se o afastamento das personalidades ligadas ao anterior regime e durante o período mais radicalizado da Revolução – o “Verão Quente” –, houve um recrudescimento deste tipo de purgas. O movimento reivindicativo também subiu de tom neste período. A escalada de greves e ações de rua de trabalhadores correspondeu uma radicalização do movimento sindical e de outras organizações de índole revolucionária e popular. Todo este ambiente gerou acontecimentos, entendidos como matéria noticiável: os *news values*, valores notícia do jornalismo (Shoemaker & Reese, 1996: 106). Contudo, não seriam só os critérios de noticiabilidade a influir no conteúdo informativo, já que havia uma enorme pressão que se fazia sentir sobre as redações, por parte das diferentes forças políticas em confronto.

A comunicação social era entendida pelas diferentes organizações militares, partidárias e laborais, como parte integrante da sua estratégia de marketing. A procura do domínio dos meios de comunicação social foi outro dos traços transversais neste processo, dando origem a situações de grande tensão. Apesar disso a defesa da liberdade de imprensa foi um princípio basilar, inicialmente reivindicado por profissionais, políticos e militares. Contudo, a luta pela conquista do poder levou a atropelos e medidas censórias, particularmente no auge do Processo Revolucionário em Curso (Palla, 1992; Mesquita, 1996; Lima, 2008). Daí que as medidas políticas decididas neste campo, tenham sido marcadas por esta dicotomia. Foi entretanto discutida e aprovada uma nova Lei de Imprensa (1975), cujo documento foi conhecido em Setembro de 1974, mas que viria a ser entendida como inadequada pelos setores mais radicais e pelo próprio Sindicato dos Jornalistas (Conselho de Imprensa, 1979).

Pelo seu lado, os militares tiveram também em relação aos meios de comunicação social uma prática manipuladora, esgrimindo o argumento da legalidade ou da legitimidade revolucionária. Essa prática aprimorou-se com a implementação

de mecanismos legais como a Comissão ad hoc ou a estratégica de propaganda da 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas (Lima, 2010). Com o 11 de Março, o Conselho Superior da Revolução determina a nacionalização da banca<sup>1</sup>. Neste bolo seria incluído, à partida, o Diário de Notícias e quase a totalidade do Jornal de Notícias, por a maioria do capital ser detida pela Caixa Geral de Depósitos. Os demais jornais seriam igualmente afetados, já que parte das empresas tinham sido compradas pela banca, passando a ter o estatuto de intervencionados. As exceções foram os jornais República e Primeiro de Janeiro (Cabrera, 2006; Lima 2012).

O derrube da ditadura permitiu o estabelecimento das liberdades cívicas entre as quais a liberdade de expressão. Ainda assim, alguns diários submeteram as provas à Comissão de Exame Prévio ou por desconhecimento do golpe militar ou por nem todos terem assumido esse ato de rebeldia. Segundo Mesquita (1994: 360), a maioria dos jornais saíram, pela primeira vez, sem serem visados pelos censores, numa antecipação da implementação da liberdade de pensamento, prevista no programa do MFA.

A revolução portuguesa transformou profundamente toda a atividade informativa. A primeira e mais óbvia das novidades prende-se com os próprios acontecimentos políticos, já que os jornalistas passaram a ter um enorme manancial de factos, *hardnews* (Schlesinger, 1987; Bell, 1991), que exigiam cobertura noticiosa. Pela primeira vez as redações viram-se confrontadas com a necessidade de dar resposta a uma constante cadência informativa, por oposição ao marasmo vivido anteriormente. Esta nova dinâmica levou a uma transformação dos conteúdos. As primeiras páginas dos jornais constituem, assim, um espelho deste processo, quer pela factualidade noticiada, quer pelos enquadramentos jornalísticos desenvolvidos (Goffman, 1986; Entman, 1993; Reese, 2001), quer ainda pela impressão que a propaganda viria a deixar nos jornais diários portugueses.

#### **ESTUDO DE CASO: AS PRIMEIRAS PÁGINAS DOS JORNAIS E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO**

Os três diários presentes na amostra representam a diversidade de formatos existente naquele período, a nível nacional. Dois matutinos, um de Lisboa e outro portuense e um vespertino da capital, já que no Porto não havia grande tradição deste tipo de periodicidade.

O Diário Notícias é um jornal centenário, fundado em 1864 por Eduardo Coelho e teve um percurso de sucesso desde a sua fundação. À data do 25 de Abril era propriedade da Empresa Gráfica Nacional e o seu capital inseria-se no âmbito das empresas estatais. Terá sido um dos jornais com maior tiragem e também reconhecidamente com um posicionamento mais conservador no anterior regime (Baptista, 2012). Apesar das transformações ocorridas já no período marcelista e do

<sup>1</sup> As nacionalizações das empresas jornalísticas decorrem da aprovação do Decreto-Lei N.º 132-A/75, de 14 de Março de 1975 e do Artigo 1.º - 1. Que determinou a que seriam “nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede no continente e ilhas adjacentes” e onde se englobaram todas as participações que a banca tinha nos mais diversos setores, nomeadamente a imprensa. Esta medida abriria campo para que o Estado se tenha tornado, a partir de legislação aprovada em 1976, o maior grupo de media em Portugal, por mais de uma década.

novo diretor Fernando Fragoso (Cabrera, 2006), a redação permaneceu envelhecida e pouco aberta a inovações (Correia & Baptista, 2009). Daí que a sua orientação não tenha sido de molde a inspirar confiança ao chefe da Junta de Salvação Nacional. A direção do Diário de Notícias seria, pouco depois, confrontada pelos processos de saneamento e, em 25 de Junho de 1974, de pois de um processo de consulta aos jornalistas, seriam empossados José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos (Gomes, 2012).

O Diário de Lisboa, criado em 1921, pertencia à empresa Renascença Gráfica, Lda. Foi igualmente alvo de transformações no período final da ditadura, altura em que de matutino se converteu em jornal da tarde. Em 25 de Abril de 1974, e depois de um conjunto de reformas e conflitos, encontrava-se à frente do jornal, Ruella Ramos (Cabrera, 2006). O Diário de Lisboa seria muito mais dinâmico que o Notícias, dada a entrada de novos jornalistas para a redação, que lhe imprimiram um cunho muito mais inovador (Correia & Baptista, 2009). Com o 25 de Abril, Ruella Ramos manter-se-ia como director, ainda que um ex-quadro militar ter sido nomeado para a administração do jornal, na sequência das nacionalizações do 11 de Março e o seu impacto na propriedade da imprensa (Lima, 2008).

O Comércio do Porto era igualmente um jornal centenário, fundado em 1853. Alicerçado na cidade e na burguesia portuense, este diário viria a ganhar dimensão nacional, mas sempre com uma maior incidência noticiosa e de público na cidade do Porto e centro e norte do país. Sob a direção e propriedade de Seara Cardoso, o jornal envelheceu, deixando para trás os dias de glória dos tempos de Bento Carqueja. Na fase final da ditadura, Seara Cardoso Filho, enquanto subdirector procurou imprimir novo ritmo às rotinas da redação através da contratação de jovens jornalistas, mas este esforço não terá sido suficiente e o Grupo Quina viria a adquirir parte do jornal (1973), dando início a uma séria de transformações e investimentos. Seara Cardoso foi substituído por Alípio de Azevedo, nomeado pelo Borges & Irmão para a direcção do jornal (Lima, 2012). O Comércio seria o único diário portuense onde se verificaram saneamentos, após o 25 de Abril. Alípio de Azevedo foi substituído por Fernando Teixeira, num curto período de tempo e, por sua vez, daria lugar a Seara Cardoso, com Costa Carvalho na chefia da redação (Lima, 2012).

A recolha de dados dos jornais Diário de Notícias, Diário de Lisboa e Comércio do Porto incide nas edições desde o 25 de Abril de 1974 e vai até ao rescaldo do 25 de Novembro de 1975 e tem como objetivo o estudo das primeiras paginas para melhor entender os enquadramentos jornalísticos deste período, do ponto de vista do valor notícia e da hierarquia noticiosa (Roskos-Ewoldsen, Roskos-Ewoldsen, Carpentier, 2002: 97), mas também através da identificação das fontes, sempre que possível e da inserção de inputs oficiais e respectivos autores.

Tratando-se de um estudo em curso, e dada a recente recolha, serão aqui apresentados os dados relativos a uma abordagem exploratória dos três diários. A primeira amostra incide no período que vai das edições do dia 25 de Abril de 1974 até ao dia 2 de Maio. Este intervalo temporal justifica-se pela importância dos acontecimentos, mas também pela transformação radical que se operou nos jornais.

A ficha que serviu de modelo para os elementos apresentados foi criada no sentido de responder aos objetivos definidos anteriormente e, em primeira instância a uma caracterização da primeira página de cada um dos jornais, em termos de quantificação de notícias, fotografias e número de edições. Do exemplo abaixo, consta a ficha da 2ª edição do Diário de Lisboa, onde já são dadas informações relativas ao golpe militar, uma vez que a edição normal foi ainda vista pela Comissão de Exame Prévio.

Nome	Diário de Lisboa
Data	26 de Abril, 1974
Data 2ª edição	sim
Local de Publicação	Lisboa
Número de notícias	3
Manchete Principal	Caxias Caiu
	Libertos os presos
	Detida a DGS/PIDE
Manchete com/ sem foto	Sem foto
Descrever a foto	
Lead	
Fonte(s)	Fontes militares/ Rep
Editoria	Política
Comunicado Oficial	
Página(s) onde vem a notícia	
Outras notícias	O minuto zero: O regime vai cair
Local na página	Parte inferior
Manchete com/ sem foto	Sim
Descrever a foto	Foto de populares quartel do Carmo
Lead	Fotolegenda: fotogaleria que se segue no interior do jornal
Fonte(s)	Própria/ Reportagem
Editoria	Política
Comunicado Oficial	-
Página(s) onde vem a notícia	Págs seguintes

Tabela 1 - Ficha das primeiras páginas de jornais: exemplo do Diário de Lisboa

A amostra em estudo incide sobre 121 notícias recolhidas no período referido e apresenta, desde logo, uma grande disparidade entre os dois diários da capital. A primeira nota a destacar é que o número de dias não é idêntico nos três jornais<sup>2</sup>.

O Diário de Notícias é o jornal com mais dias contabilizados, porque estão disponíveis duas edições para o dia 25 de Abril e porque se publicou nos dias 1 e 2 de Maio. No Diário de Lisboa, são apenas sete dias e os dois primeiros, são segundas edições. No dia 1 de Maio não houve jornal, mas a reportagem sobre este dia saiu

<sup>2</sup> A razão prende-se com as edições disponíveis quer na Biblioteca Municipal do Porto, quer com o repositório online da Fundação Mário Soares, no caso do Diário de Lisboa.

a 2. No Comércio do Porto foram vistos oito dias e todos de edição normal. O 1º de Maio foi noticiado a 3, porque O Comércio encerrou naquela data e no dia seguinte não se publicou.

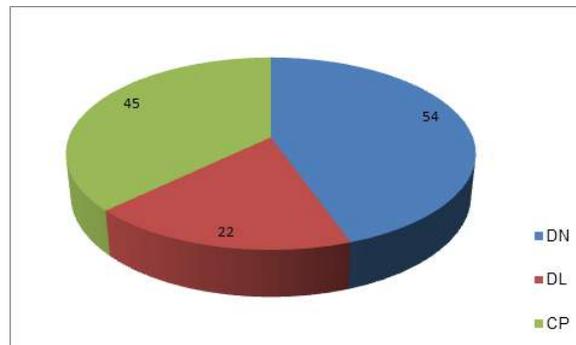


Gráfico 1 – Número de notícias recolhidas entre 25 de Abril e 3 de Maio de 1974

Quanto à média de notícias publicadas na primeira página, o Diário de Notícias apresenta 9, valor aproximado que se vai manter nos meses seguintes. A única exceção a esta tendência é no dia 2, quando a manchete é o 1º de Maio e onde se publicam apenas duas notícias.

O Diário de Lisboa, é dos casos estudados, aquele que apresenta uma média inferior, com cerca de três notícias por cada número e mais uma vez com a edição do 1º de Maio a apresentar apenas duas notícias. Este valor não corresponde ao número de notícia no *layout* tradicional, que era à volta de seis. Esta tendência de poucas chamadas à primeira página manteve-se no período seguinte.

No Comércio do Porto, a média de notícias na primeira página é de cinco, mas o intervalo é muito variável. No dia 26 de Abril, o Comércio apresentou apenas a notícia do golpe militar a toda a página, em contraste com o dia anterior, onde a “edição normal” contava com dez notícias. A tendência de muitas chamadas à primeira página continuou a ser uma das características deste diário.

O critério apresentado em seguida, prende-se ainda com aspectos de forma. Na maioria dos dias estudados, as manchetes e demais notícias eram essencialmente seguidas de texto. Outra tendência era o tratamento da informação da capa nas páginas seguintes, mas em vários casos, o texto da primeira página era já a notícia completa, em particular no Diário de Notícias. A utilização de fotografias é igualmente variável em cada diário e de uma maneira geral segue as tendências do período anterior.

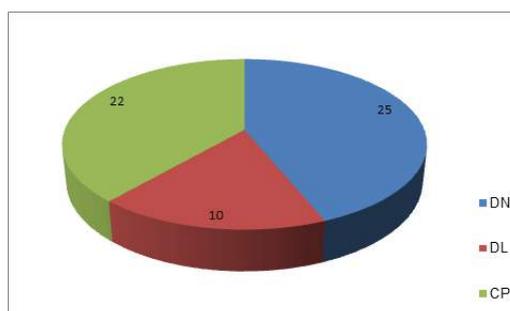


Gráfico 2 – Número de fotografias recolhidas entre 25 de Abril e 3 de Maio de 1974

Apesar de os três diários apresentarem, em regra uma grande mancha de texto, importa destacar uma característica comum a todos: a cobertura do 1º de Maio obedeceu ao critério de publicação de pelo menos uma grande fotografia que procurava dar a dimensão multitudinária do acontecimento. Ainda em termos de diferença, o Comércio do Porto é o diário que apresenta maior número de fotografias na notícia do golpe militar (7), enquanto o DN e o DL publicam apenas uma.

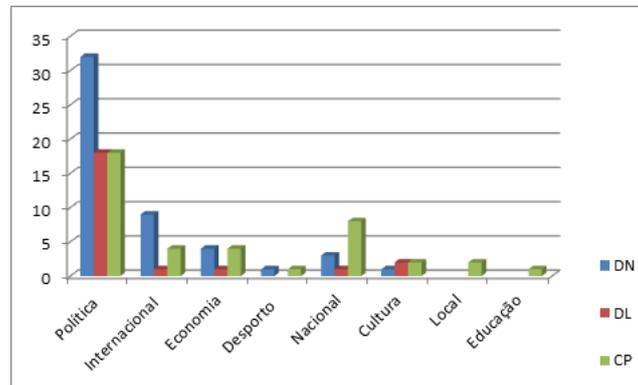


Gráfico 3 – Distribuição de notícias por editorias entre 25 de Abril e 3 de Maio

É clara a preponderância da editoria Política, o que era espectável. Convém, contudo, explicar algumas disparidades e resultados. Como salientou Manuel Neto da Silva, naquele período “Naquela época, não havia mais nada senão política” (Lima, 2012: 89). Significa isto que algumas das notícias categorizadas como Internacional e Nacional podem ser ainda entendidas como Política. Com exceção das notícias referentes às edições ainda vistas pela Comissão de Exame Prévio, do dia 25 de Abril, quase todas as demais estão direta ou indirectamente ligadas ao golpe militar. Por exemplo, as notícias do estrangeiro, emanadas por agência (com a Reuters em primeiro plano) têm a ver com o reconhecimento do novo regime. Quanto à editoria Nacional, nela são incluídas notícias relativas, por exemplo à abertura dos aeroportos e ao 1º de Maio, porque se referem a este acontecimento, justamente, como celebração nacional. O mesmo é válido para Economia, uma vez que os títulos se referem ao sistema bancário e seus agentes, e à Educação, já que a única notícia presente no Comércio anuncia a abertura normal dos estabelecimentos de ensino.

Em termos de análise de conteúdo, podem ser destacados alguns aspetos comuns aos três diários. As edições, que nos três jornais noticiam o golpe pela primeira vez, usam a rádio como fonte para construir a notícia. Os próprios comunicados do MFA são tirados do Rádio Clube Português. Estes diários só começam a produzir notícia própria quando, no segundo dia, fazem a reportagem dos acontecimentos, mas sempre incluindo informação oficial. Um dos títulos mais curiosos do Diário de Notícias é a recusa de Spínola em dar uma entrevista ao jornal. Esta recusa poderá estar ligada à imagem conservadora deste jornal, mas de facto, o primeiro contacto de Spínola com os meios de comunicação social teria lugar a 27, quando terá dado a primeira conferência de imprensa aos jornalistas, também segundo o DN.

A cobertura fotográfica só começa a ser diversificada nos dias seguintes ao golpe de estado, pelo que se nota um certo comedimento na cobertura dos

acontecimentos de rua, por exemplo. É curioso o Diário de Lisboa ter escolhido duas imagens de Abel Manta (que são referidas por terem sido cortadas pela censura) e não as imagens das ruas de Lisboa. A grande expressão popular em imagem é univocamente tratada pelos três diários e corresponde às fotografias de meia página que retratam as celebrações do 1º de Maio. Este acontecimento, é também enquadrado, em termos de discurso, de forma similar: antes das celebrações há o apelo à serenidade e cidadania e nas peças em que se dá a notícia, evidencia-se a maturidade democrática, ao contrário da ideia propagada pelo anterior regime.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Revolução do 25 de Abril de 1974 provocou alterações profundas na imprensa portuguesa. O programa do Movimento das Forças Armadas previa o fim da censura prévia e no período que se seguiu ao golpe militar, a imprensa pode usufruir da liberdade de expressão. Os jornais tornaram-se o reflexo dos acontecimentos que viriam a ser vividos no país.

Após o golpe militar e as celebrações iniciais, o país viveu momentos conturbados nos planos político, económico e social. A factualidade noticiosa multiplicou-se e as primeiras páginas dos jornais refletiram essa transformação. A imprensa foi chamada a dar cobertura a valores notícia essenciais ao jornalismo, mas foi igualmente arrastada na escalada da luta política que se seguiu. O primeiro momento dessa transformação política deu-se com o afastamento de chefias coniventes com a ditadura. Contudo, a politização das redações acabaria por se implementar em consequência de um conjunto de fatores. De entre eles destacam-se a própria essência do processo político e reivindicativo, mas também a forma como os militares conceberam o papel da comunicação social. A nova Lei de Imprensa, que deveria ser o documento enquadrador da liberdade jornalística, foi posta em causa e contestada pelos profissionais. Este quadro global gerou configurações muito específicas que ficaram patentes nas primeiras páginas dos jornais.

Neste estudo preliminar podem, desde logo, apontar-se algumas dessas influências nas capas do Diário de Notícias, Diário de Lisboa e Comércio do Porto. Nos três diários podem ser encontrados alguns elementos comuns, mas também elementos de especificidade. Um fator de diferenciação entre os jornais é o número de notícias. Neste campo, o que apresenta uma maior alteração em relação ao período anterior é o Diário de Lisboa, com uma média bastante inferior. Quer o Diário de Notícias quer o Comércio do Porto mantêm valores idênticos, tendência que se vai manter durante o resto do período revolucionário.

Quanto à divisão temática em editoriais, os resultados não são surpreendentes, já que a Política ocupa lugar destacado nos três diários. De referir que o peso de Internacional se deve, sobretudo, às edições vistas pela censura. Note-se também que o Comércio foi aquele que apresentou maior diversidade temática, na edição de 25 de Abril, que foi ainda vista pelos censores.

A cobertura fotográfica apresentou também alguns aspectos curiosos, com o DN a mostrar menor diversidade. A grande alteração do protagonismo da imagem dá-se com o 1º de Maio, com as grandes fotografias do povo nos comícios. O Comércio também constitui exceção neste campo, uma vez que no dia 26, quando noticia o golpe militar, inclui sete fotografias na primeira página.

Quanto à análise de discurso, o tratamento noticioso para este intervalo temporal, revela uma linguagem sóbria e cautelosa, que é evidenciada pela relação permanente com os comunicados oficiais. Esta ideia é realçada por duas situações: as notícias do golpe militar têm todas como fonte o Rádio Clube Português; antes das celebrações do 1º de Maio os três diários fizeram apelos à serenidade pública, e pode ser o resultado dos títulos transmitirem as próprias preocupações da Junta de Salvação Nacional.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bell A. (1991). *The Language of News Media*. Oxford: Blackwell
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, F.; Baptista, C. (2009). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4): 51-8.
- Goffman, E. (1974). *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. New York, NY et al.: Harper & Row.
- Gomes, P. M. (2012). A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do Diário de Notícias (1974-1975). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9 (2), 368-382
- Lima, H. (2012). *A Imprensa Portuguesa e os Desafios da Modernização*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Lima, H. (2008). *Os Diários Portugueses e os Desafios da Actualidade na Imprensa: Tradição e rupturas*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In António Reis (Org.). *Portugal: 20 Anos de Democracia* (pp.360-405). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Palla, M. A. (1992). A liberdade de imprensa entre o poder e a independência. In António Reis (Org.). *Portugal Contemporâneo* (pp 269-270). Lisboa: Publicações Alfa.
- Reese, S. D. (2001). Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. In Stephen Reese; Oscar Gandy; August Grant (Org.). *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*. NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Roskos-Ewoldsen, D. R. & Roskos-Ewoldsen, B. (2002). Media priming: A synthesis. In J. B. Bryant; D. Zillmann (Eds), *Media effects in theory and research* (pp. 97-120). NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Schlesinger, P. (1987). *Putting 'Reality' Together*. London: Methuen.
- Shoemaker, P. J. & Reese, S. D. (1996). *Mediating the message: Theories of influences on mass media content*. White Plains, Longman.

## **OUTRAS REFERÊNCIAS**

Conselho de Imprensa (1979). *A imprensa escrita em Portugal: Abril de 1974 a Julho de 1976*. Lisboa: Conselho de Imprensa.